

LEI Nº 1.243/2025, de 02 de junho de 2025.

Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da lei orçamentária para o exercício de 2026 do Município de Crateús/CE e dá outras providências:

A PREFEITA MUNICIPAL DE CRATEÚS, ESTADO DO CEARÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE CRATEÚS APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 165, inciso II e § 2.º, da Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, alterada pela Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009, e Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, e Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021, as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município relativas ao exercício de 2026, compreendendo:

I - As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2026;

II - A estrutura e organização dos orçamentos;

III - as diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;

IV - As disposições relativas à dívida pública municipal;

V - As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VI - As disposições sobre alterações na legislação tributária;

VII - As disposições gerais.

§ 1º - As diretrizes orçamentárias têm entre suas finalidades:

I - Orientar a elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual para o alcance dos objetivos e das metas do Plano Plurianual (PPA);

II - Ampliar a capacidade do Município de garantir o provimento de bens e serviços à população;

§ 2º - A elaboração, fiscalização e controle da lei orçamentária anual para o exercício de 2026, bem como a aprovação e execução do orçamento fiscal e da seguridade social do Município, além de serem orientados para viabilizar o alcance dos objetivos declarados no PPA, devem:

I - Priorizar o equilíbrio entre receitas e despesas;

II - Evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo amplo acesso da sociedade aos dados do orçamento, inclusive por meio eletrônico;

III - Atingir as metas relativas a receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública estabelecidos nesta Lei.

CAPÍTULO II

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Artigo 2º - Em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º da Constituição Federal, as prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2026 serão inseridas no Plano Plurianual para o quadriênio 2026/2029.

§ 1º - A Lei Orçamentária para o exercício de 2026 será elaborada em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do *Caput* deste artigo, e não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no Plano Plurianual ou em Lei que autorize a sua inclusão, conforme disposto no § 1º do artigo 167 da Constituição da República Federativa do Brasil.

§ 2º - As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2026 terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária/2026 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Artigo 3º - A elaboração e aprovação do Projeto da Lei do Orçamento Anual (LOA), exercício de 2026, e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais, em conformidade com o que dispõem os parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 4º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º - Integram a presente Lei os seguintes anexos, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e suas alterações:

- I - Anexo de Metas Fiscais/Metas Anuais – demonstrativo I;
- II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior - demonstrativo II;
- III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores - demonstrativo III;
- IV - Evolução do Patrimônio Líquido - demonstrativo IV;
- V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a alienação de ativos - demonstrativo V;
- VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS – Receitas e Despesas Previdenciárias Projeção Atuarial - demonstrativo VI;
- VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita - demonstrativo VII;
- VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado - demonstrativo VIII;
- IX - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

§ 2º - A elaboração e a execução da LOA 2026 deverão levar em conta as metas de resultado primário e nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais que integra esta Lei.

§ 3º - As prioridades e as metas especificadas no Anexo I terão precedência na alocação de recursos no orçamento do exercício de 2026, não se constituindo em limite à programação das despesas.

§ 4º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual deverá conter o demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas fiscais.

CAPÍTULO III

DAS METAS FISCAIS ANUAIS

Artigo 4º - Em cumprimento ao § 1º, do artigo 4º da Lei de Complementar nº 101/2000, Demonstrativo I- Metas Fiscais Anuais, será elaborado em valores correntes e constantes relativos às Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública para o exercício de referência e para os dois seguintes.

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2026, 2027 e 2028 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes utilizam o parâmetro do Índice Oficial de Inflação Anual.

§ 2º - Os valores da coluna relacionados ao "% PIB" são calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

§ 3º - As metas fiscais estabelecidas nesta Lei poderão ser ajustadas quando do encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual, se verificadas alterações no comportamento das variáveis macroeconômicas utilizadas nas estimativas das receitas e despesas;

§ 4º - Durante o exercício de 2026, a meta resultado primário prevista no demonstrativo I poderá ser reduzida até o montante que corresponder à frustração da arrecadação das receitas que são objeto de transferência constitucional, com base nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal.

§ 5º - Para os fins do disposto no § 5º, considera-se frustração de arrecadação a diferença a menor que for observada entre os valores que forem arrecadados em cada mês, em comparação com igual mês do ano anterior.

§ 6º - Nas hipóteses de revisão dos valores das metas fiscais de que trata este artigo e para efeitos de avaliação na audiência pública prevista no artigo 9º, § 4º da LC nº 101/2000, as receitas e despesas realizadas serão comparadas com as metas ajustadas.

CAPÍTULO IV

DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Artigo 5º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

CAPÍTULO V

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Artigo 6º - De acordo com o § 2º, item II, do artigo 4º da LRF, Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

Parágrafo Único - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

CAPÍTULO VI

DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Artigo 7º - Em obediência ao § 2º, inciso III, do artigo 4º da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido deve traduzir as variações do Patrimônio do Município de forma consolidada.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

CAPÍTULO VII

DA ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Artigo 8º - O § 2º, inciso III, do artigo 4º da LRF, o Demonstrativo V - que trata da Evolução do Patrimônio Líquido estabelece também que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos.

CAPÍTULO VIII

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Artigo 9º - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do artigo 4º da LRF, o Anexo de Metas Fiscais, Demonstrativo VII deverá conter informações que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a propiciar o equilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido e etc.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

CAPÍTULO IX

DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Artigo 10 - O § 2º, inciso V, do artigo 4º da LRF considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único - O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

CAPÍTULO X

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

Artigo 11 - Em cumprimento ao § 3º do artigo 4º da LRF, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2026) deverá conter o Anexo de Riscos Fiscais e Providências.

§ 1º - Consideram-se passivos contingentes e outros riscos fiscais possíveis obrigações a ser cumprido em 2026, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob controle do Município.

§ 2º - Também são passivos contingentes as obrigações decorrentes de eventos passados, cuja liquidação em 2026 seja improvável ou cujo valor não possa ser tecnicamente estimado.

§ 3º - Caso se concretize, os riscos fiscais serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e, sendo esta insuficiente, serão indicados, também, o excesso de arrecadação e o *superávit* financeiro do exercício anterior, se houver, obedecida a fonte de recursos correspondente.

§ 4º - Sendo esses recursos insuficientes, o Poder Executivo Municipal poderá reduzir as dotações destinadas para investimentos, desde que não comprometidas.

CAPÍTULO XI

DAS DIRETRIZES E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PARA A ELABORAÇÃO DA LEI DO ORÇAMENTO ANUAL

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Artigo 12 - A elaboração e a aprovação do Projeto da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2026 e dos créditos adicionais, bem como a execução das respectivas leis, deverão ser realizadas de acordo com o princípio da publicidade, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

§ 1º - Em atenção ao que preceitua a Lei Complementar nº 131, os poderes Executivo e Legislativo darão ampla transparência aos gastos públicos, com a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público, e ainda com a publicação dos seguintes relatórios e documentos:

- a) estimativas das receitas de que trata o artigo 12, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000;
- b) Lei Orçamentária Anual e seus anexos;
- c) Prestação de Contas de Governo e Prestações de Contas de Gestão;
- d) incentivo à participação popular e realização de audiências públicas durante os processos de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

§ 2º - O Poder Executivo Municipal deverá realizar audiências públicas durante a elaboração e discussão do Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2026, em conformidade com o disposto no Parágrafo Único do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 3º - Em emergências ou calamidades públicas que necessitem de distanciamento social, audiências virtuais substituirão aquelas originalmente citadas na LRF.

§ 4º - As estimativas de receitas serão projetadas com base no modelo incremental a partir da aplicação de indicadores macroeconômicos, sendo a base de projeção formada pela arrecadação dos anos anteriores, além da estrita observância das normas técnicas e legais e considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação dos índices de preços, do panorama econômico ou de qualquer outro fator relevante.

§ 5º - As estimativas das despesas obrigatórias de que trata os anexos desta Lei deverão adotar metodologia de cálculo compatível com a legislação aplicável, o comportamento das despesas em anos recentes, os efeitos decorrentes de decisões judiciais e o nível de endividamento do município.

Artigo 13 - A coleta de dados das propostas orçamentárias dos Órgãos, Entidades e Fundos do Poder Executivo Municipal, o seu processamento e a sua consolidação no Projeto de Lei do Orçamento Anual para 2026, bem como suas alterações e as modificações nos quadros de detalhamento da despesa serão feitos por meio de sistema integrado de gestão orçamentária, vinculado à Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento, promovendo a devida consolidação, em formatação e ambiente que assegure o fiel cumprimento do que preceitua o Decreto Federal nº 10.540/2020 (SIAFIC).

Parágrafo Único - Os relatórios que consolidam a Proposta Orçamentária dos Órgãos, Entidades e Fundos do Poder Executivo deverão ser encaminhados e protocolados na Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento devidamente validados por seu titular até 01 de setembro de 2025.

Artigo 14 - A Lei do Orçamento Anual abrangerá os orçamentos fiscal e da seguridade social referentes aos órgãos do Poder Executivo Municipal e Legislativo, seus fundos, autarquias, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Artigo 15 - A Proposta Orçamentária do Poder Legislativo deverá ser elaborada na forma e conteúdo estabelecidos nesta Lei e em consonância com as disposições sobre as matérias contidas na Constituição Federal e nas normas complementares, devendo ser encaminhada ao Poder Executivo Municipal para ajuste e consolidação do Projeto de Lei do Orçamento Anual até o dia 31 de agosto de 2025, observados os limites fixados no artigo 29-A da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Para fins do limite das despesas do Poder Legislativo, nos termos do artigo 29-A da Constituição Federal e da metodologia de cálculo estabelecida, considerar-se-á a receita arrecadada até 31 de julho de 2025 acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

Artigo 16 - A Lei do Orçamento Anual conterá reserva de contingência em montante equivalente até o limite de 4% (quatro por cento) da Receita Corrente Líquida (RCL), apurada no RREO do 4º bimestre de 2025, que será destinada a atender aos passivos contingentes e outros riscos, eventos fiscais imprevistos, conforme inciso III, do artigo 5º da LC nº 101/2000, e, ainda, contrapartidas para convênios firmados e não previstos na proposta inicial.

Parágrafo Único - Para efeito desta Lei, consideram-se passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos a deficiência de saldos orçamentários para o combate a epidemias e pandemias, bem como para o pagamento de despesas vinculadas à pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida, amortização da dívida contratados e precatórios judiciais, cuja deficiência das dotações iniciais se deram por conta de fatores imprevistos, ficando o(a) Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado(a) a suplementar referidas dotações, utilizando, como fonte de recurso, a anulação de saldos orçamentários da Reserva de Contingência, tudo em conformidade com o Anexo de Riscos Fiscais, parte integrante da presente Lei.

Artigo 17 - Para cumprimento das metas estabelecidas, sempre que necessário, em razão dos efeitos da economia nacional ou catástrofes de abrangência limitada ou decorrentes de mudança de legislação, o Poder Executivo Municipal adaptará as receitas e as despesas da LOA 2026 da seguinte forma:

- I – Alterando a estrutura organizacional ou a competência legal ou regimental de órgãos, entidades e fundos do Poder Executivo Municipal;
- II – Incorporando receitas não previstas;
- III – Não realizando despesas previstas.

Artigo 18 - O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - Realizar operações de crédito, inclusive por antecipação da receita orçamentária (ARO), até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

II – Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 80% (oitenta por cento) das dotações orçamentárias fixadas na LOA/2026, nos termos da legislação vigente;

III – Transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, com prévia e específica autorização legislativa, nos termos do inciso VI, do artigo 167 da Constituição Federal.

IV - Contingenciar parte das dotações, quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos no anexo de metas fiscais.

Artigo 19 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observadas as respectivas fontes de recursos, nas seguintes despesas:

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias, como transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - Obras em geral, cuja fase ou etapa ainda não esteja iniciada;

III – aquisição de combustíveis e derivados, destinados à frota de veículos, exceto dos setores de educação e saúde;

IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;

V - Diárias de viagem;

VI - Festividades, homenagens, recepções e demais eventos da mesma natureza;

VII – Despesas com publicidade institucional;

VIII - Horas extras.

§ 1º - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação

financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2026, observada a vinculação de recursos.

§ 2º - Não serão objeto de limitação de empenho:

I - Despesas relacionadas com vinculações constitucionais e legais, nos termos do § 2º do artigo 9º da LC nº 101/2000 e do artigo 28 da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

II - As despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pequeno valor;

III - As despesas fixas e obrigatórias com pessoal e encargos sociais; e

IV - As despesas financiadas com recursos de Transferências Voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito e Alienação de bens.

§ 3º - Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição se fará obedecendo ao disposto no artigo 9º, § 1º, da LC nº 101/2000.

§ 4º - Na ocorrência de calamidade pública, reconhecida na forma da lei, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do artigo 65 da LC nº 101/2000.

Artigo 20 - O Poder Executivo Municipal poderá, mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2026 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática.

Parágrafo Único - A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

Artigo 21 - As fontes de recursos e as modalidades de aplicação da despesa, aprovadas na Lei Orçamentária, e em seus créditos adicionais, poderão ser

modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução, por meio de decreto do Poder Executivo Municipal, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, através da fonte de recursos e/ou modalidade prevista na lei orçamentária e em seus créditos adicionais.

Artigo 22 - A destinação de recursos orçamentários às entidades privadas sem fins lucrativos deverá observar o artigo 6 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e a Lei Federal no 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei no 13.204, de 14 de dezembro de 2015, além das exigências instituídas pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

Seção II

Da Estrutura e Organização Dos Orçamentos

Artigo 23 - O Projeto da LOA 2026 que o Poder Executivo Municipal encaminhará a Câmara Municipal será constituído de:

I – Texto da Lei;

II – Quadros orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados no artigo 22, inciso III, da Lei nº 4320/1964, conforme Anexo desta Lei;

III – Anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, contendo:

a) Receitas, discriminadas por natureza, identificando a fonte de recurso correspondente a cada cota parte de natureza de receita, o orçamento a que pertence e a sua natureza financeira ou primária observada o disposto no artigo 6º da Lei nº 4320, de 1964;

b) Despesas, discriminadas na forma prevista no artigo 5º e nos demais dispositivos pertinentes desta Lei;

IV - Discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Parágrafo Único - Os quadros orçamentários consolidados e as informações complementares exigidos por esta Lei identificarão, logo abaixo do respectivo título, o dispositivo legal a que se referem.

Artigo 24 - Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações especificando a esfera orçamentária, a fonte de recursos e os grupos de despesa conforme a seguir discriminados:

I - Despesas Correntes

- a) Pessoal e Encargos Sociais;
- b) Juros e Encargos da Dívida; e
- c) Outras Despesas Correntes.

II - Despesas de Capital

- a) Investimentos;
- b) Inversões Financeiras; e
- c) Amortização da Dívida.

Artigo 25 - A estrutura do Projeto de Lei do Orçamento Anual deverá identificar a receita por origem e unidade orçamentária e a despesa, por função, sub - função, programa de governo, ação, fonte de recursos e esfera orçamentária.

§ 1º - Os programas, para atingir os seus objetivos, se desdobram em ações orçamentárias.

§ 2º - As ações, agrupadas por unidade orçamentária, compreendem atividades, projetos e operações especiais.

§ 3º - As ações orçamentárias citadas no Parágrafo anterior, de acordo com a finalidade do gasto, serão classificadas como:

- I – Atividades de pessoal e encargos sociais;
- II – Atividades de manutenção administrativa;
- III – Outras atividades de caráter obrigatório;
- IV – Atividades finalísticas; e
- V – Projetos.

Artigo 26 - As fontes de recursos que corresponderem às receitas provenientes da concessão e permissão de serviços públicos constarão da Lei Orçamentária Anual com código próprio que as identifique.

Artigo 27 - Os Projetos de Lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido para o projeto de Lei Orçamentária Anual.

Artigo 28 - A Lei do Orçamento Anual incluirá ainda, dentre outros, os seguintes demonstrativos:

- I - Dívida Fundada;
- II - Das receitas e das despesas do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social, bem como do conjunto dos dois orçamentos, que obedecerá ao previsto no artigo 2º, § 1º da Lei Federal nº 4320/1964;
- III - Da despesa por funções;
- IV - Da aplicação dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino;
- V - Da aplicação dos recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde;
- VI - Da despesa, por fonte de recursos, para cada órgão, entidade e fundo;
- VII - Da consolidação das despesas por projetos, atividades e operações especiais, por ordem numérica;
- VIII - da despesa por programa;
- IX - Dos projetos e atividades finalísticos consolidados; e
- X - Da compatibilidade das metas da programação dos orçamentos programadas nos orçamentos com os objetivos e as metas previstas no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, de acordo com o inciso I, artigo 5º da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Seção III

Das Diretrizes Específicas para a Elaboração do Orçamento da Seguridade Social

Artigo 29 - O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender as ações de saúde, previdência e assistência social e obedecerá ao

disposto nos artigos 194, 195, 196, 200, 201, 203 e 212, § 4º da Constituição Federal e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

- I – Das contribuições sociais previstas na Constituição Federal;
- II – Das receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram, exclusivamente, este orçamento; e
- III – Do orçamento fiscal.

Parágrafo Único - A destinação de recursos para atender despesas com ações e serviços públicos de saúde e de assistência social obedecerá ao princípio da descentralização.

Artigo 30 - O Orçamento da Seguridade Social discriminará:

- I – As dotações relativas às ações descentralizadas de saúde e assistência social, em categorias de programação específicas no Município;
- II – As dotações relativas ao pagamento de benefícios, em categorias de programação específicas para cada categoria de benefício; e
- III – as estimativas relativas às contribuições para a seguridade social dos empregadores, incidentes sobre a folha de salários.

Artigo 31 - Ficam os órgãos do Poder Executivo Municipal, seus Fundos, Autarquias e Fundações autorizadas a efetivar convênios e similares, no âmbito da sua administração, disponibilizando a necessária contrapartida para o alcance dos objetivos estipulados.

Parágrafo Único - A contrapartida de que trata o *Caput* poderá ser reduzida, mediante justificativa do órgão responsável, à execução das respectivas ações, que deverá constar do respectivo processo de concessão da transferência.

CAPÍTULO XII

DAS DISPOSIÇÕES PARA DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Artigo 32 – Os Poderes Executivo e Legislativo Municipais, mediante lei autorizativa, poderão, em 2026, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, realizar concursos públicos, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF.

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2026.

Artigo 33 - Os Poderes Executivo e Legislativo Municipais terão, como limite na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento calculada de acordo com a situação vigente em agosto de 2025, projetada para o exercício de 2026, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive o disposto nos parágrafos deste artigo, ou outro limite que vier a ser estabelecido por legislação superveniente.

§ 1º - Para fins de atendimento ao disposto no artigo 169, § 1º, inciso II da Constituição, observado o inciso I do mesmo Parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, até o montante das quantidades e limites orçamentários constantes de anexo discriminativo da Lei Orçamentária de 2026, cujos valores serão compatíveis com os limites da Lei Complementar Federal nº 101/2000 e Lei Complementar 178/2021.

§ 2º - Os acréscimos a que se refere o *Caput* só poderão ser autorizados por Lei que prevê aumento de despesa, com a discriminação da disponibilidade orçamentária para atendimento do correspondente.

§ 3º - Fica autorizada a revisão geral anual das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo Municipais e dos seus agentes políticos, cujo percentual será definido em lei específica,

estando em sintonia com a inflação acumulada no exercício anterior, calculada conforme IGPM - FGV.

Artigo 34 - O disposto no § 1º do artigo 18 da Lei Complementar nº 101/2000 aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

CAPÍTULO XIII

DAS DIRETRIZES PARA A EXECUÇÃO E LIMITAÇÃO DO ORÇAMENTO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Artigo 35 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que venha a ser acrescida à execução orçamentária de 2026, a qualquer tempo, deverá atender ao disposto nos incisos I e II do artigo 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, bem como as disposições elencadas na Lei Complementar nº 173/2020.

Artigo 36 - De modo geral, as despesas irrelevantes são aquelas despesas cujo valor não ultrapasse os limites impostos no inciso I e II do artigo 95 da Lei 14.133/2021.

Parágrafo Único - Procedimentos atinentes à execução de despesas correntes ou de custeio, como contratações de serviços contínuos e rotineiros ou aquisições de insumos para manutenção do serviço público por si só não se enquadram nos conceitos de “criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental” ou de “despesa obrigatória de caráter continuado”, contidos nos artigos 16 e 17 da LRF.

Artigo 37 - A execução orçamentária e financeira da despesa poderá se dar de forma descentralizada, seguindo o cronograma de desembolso, estipulado pelo Controle Orçamentário, salvo àquelas previamente autorizadas pelo(a) Chefe do Poder Executivo Municipal.

Artigo 38 - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade orçamentária.

Artigo 39 - As unidades, através de seus ordenadores, serão responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais autorizados, processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados pelo órgão gestor do orçamento municipal, para cada categoria de programação econômica, fontes de recursos, modalidades de aplicação e elemento de despesa.

Artigo 40 - A classificação e contabilização dos ingressos de receitas e despesas orçamentárias - empenho, liquidação e pagamento, pelos órgãos, entidades e fundos integrantes dos orçamentos, fiscal e da seguridade social serão registradas na data de suas respectivas ocorrências.

Artigo 41 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária de 2026 e em créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Seção II

Da Limitação Orçamentária e Financeira

Artigo 42 - Para efeito do disposto no artigo 42 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000:

I - Considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congêneres;

II - No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da Administração Pública, consideram-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Parágrafo Único - Em atenção ao que preceitua o artigo 167-A da Constituição Federal, apurado que, no período de 12 (doze) meses, as despesas correntes superam em 95 % (noventa e cinco por cento) as receitas correntes, é facultado aos Poderes Executivo e Legislativo, enquanto permanecer a situação, aplicar o mecanismo de ajuste fiscal de vedação da (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109/2021):

I - Concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos, exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109/2021);

II - Criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109/2021);

III - Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109/2021);

IV - Admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109/2021):

a) As reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021);

b) As reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109/2021);

c) As contratações temporárias de que trata o inciso IX do *Caput* do artigo 37 desta Constituição (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109/2021); e

d) As reposições de temporários para prestação de serviço militar e de alunos de órgãos de formação de militares (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109/2021);

V - Realização de concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso IV deste *Caput* (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109/2021);

VI - Criação ou majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, de servidores e empregados públicos, ou ainda de seus dependentes, exceto quando

derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109/2021);

VII - Criação de despesa obrigatória (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109/2021);

VIII - Adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação, observada a preservação do poder aquisitivo referida no inciso IV do caput do artigo 7º desta Constituição (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109/2021); e

IX - Concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109/2021).

CAPÍTULO XIV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Artigo 43 - Todas as despesas relativas à dívida pública municipal, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão constarão da lei orçamentária anual.

Artigo 44 - As despesas com amortização, juros e outros encargos da Dívida Pública deverão considerar apenas as operações contratadas ou autorizações concedidas até a data do encaminhamento do Projeto de Lei do Orçamento Anual à Câmara Municipal.

Artigo 45 - As despesas com o pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em atividades específicas, nas programações a cargo das unidades orçamentárias.

Parágrafo Único - Os recursos alocados na lei orçamentária, com a destinação prevista neste artigo, não poderão ser cancelados para a abertura de créditos adicionais com outra finalidade.

Artigo 46 - A Procuradoria Geral do Município encaminhará à Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento, até 01 de julho de 2025, a relação dos débitos

constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2026, conforme determina o artigo 100, § 1º da Constituição Federal, discriminada por órgão da administração direta e por grupo de despesas, especificando:

- a) número do processo;
- b) número do precatório;
- c) data da expedição do precatório;
- d) nome do beneficiário;
- e) valor do precatório a ser pago.

CAPÍTULO XV

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Artigo 47 - O Projeto de Lei que conceda, amplie incentivo ou benefício de natureza tributária, somente será aprovado ou editado se atendidas às exigências do artigo 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º - Os efeitos orçamentários e financeiros de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira, creditícia ou patrimonial poderão ser compensados mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Artigo 48 - São considerados incentivos ou benefícios de natureza tributária, para os fins do artigo 49 desta Lei, os gastos governamentais indiretos decorrentes do sistema tributário vigente que visem atender objetivos econômicos e sociais, explicitados na norma que desonera o tributo, constituindo-se exceção ao sistema tributário de referência e que alcancem, exclusivamente, determinado grupo de contribuintes, produzindo a redução da arrecadação potencial e, consequentemente, aumentando a disponibilidade econômica do contribuinte.

Artigo 49 - Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária anual, poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal, bem como modificações da legislação tributária nacional ou estadual.

§1º - Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamentária anual:

I - Serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;

II - Será apresentada programação especial de despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.

§ 2º - Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, até o envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual para sanção do(a) Prefeito(a), de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta dos referidos recursos serão canceladas, mediante decreto, até trinta dias após a sanção à lei orçamentária anual.

CAPÍTULO XVI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 50 - A Execução da Lei Orçamentária de 2026 e dos créditos adicionais obedecerão aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na Administração Pública, não podendo ser utilizada para influir na apreciação de proposições legislativas em tramitação na Câmara Municipal.

§ 1º - É vedada a adoção de qualquer procedimento que resulte na execução de despesa sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

§ 2º - A contabilidade registrará todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto no § 1º deste artigo.

Artigo 51 - O recebimento de recursos relativos às receitas realizadas pelos fundos, autarquias, fundações e demais entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal

e da Seguridade Social deverá ser consolidada junto a Contabilidade Central, para efeito do cumprimento do que determina a Lei Complementar 131/2009.

§1º - A Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento poderá instituir guia com código de barras para recolhimento das receitas próprias.

§ 2º - A Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento poderá autorizar a classificação diretamente nos respectivos órgãos e entidades, nos seguintes casos:

I - Produto da arrecadação das receitas que tenham origem no esforço próprio de órgãos e entidades da Administração Pública, nas atividades de fornecimento de bens ou serviços facultativos e na exploração econômica do patrimônio próprio;

II - Produto da aplicação financeira das receitas mencionadas no inciso I deste parágrafo.

Artigo 52 - A movimentação financeira dos órgãos da administração direta, autarquias e fundos, serão feitas preferencialmente por intermédio de instituições e agências financeiras que atuam como mandatários da União na execução e fiscalização dos seus respectivos acordos, convênios, ajustes ou instrumento congêneres.

Artigo 53 - As entidades beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo Municipal com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 1º - O Poder Executivo Municipal adotará providências com vistas ao registro e divulgação, inclusive por meio eletrônico, das informações relativas às prestações de contas de convênios ou instrumentos congêneres.

§ 2º - No caso de contratação de terceiros pelo conveniente ou beneficiário, as informações previstas no parágrafo anterior conterão, no mínimo, o nome e CPF ou CNPJ do fornecedor e valores pagos.

Artigo 54 - A prestação de contas anual do(a) Prefeito(a), bem como as prestações de contas de gestão, atenderá as disposições emanadas na Lei nº 4.320/1964, portarias STN, bem como nas Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado do

Ceará, devendo ser elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP.

Artigo 55 - Até trinta dias após a publicação do orçamento, o Poder Executivo Municipal, por ato próprio, deverá estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

§1º - As receitas, conforme as previsões respectivas, serão programadas em metas de arrecadações bimestrais, enquanto os desembolsos financeiros deverão ser fixados em metas mensais.

§ 2º - A programação financeira e o cronograma de desembolso de que tratam este artigo poderão ser revistos no decorrer do exercício financeiro a que se referirem, conforme os resultados apurados em função de sua execução.

Artigo 56 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2026 será encaminhado à Câmara Municipal, até 01 de outubro de 2025, devendo o Legislativo discuti-lo, votá-lo e devolvê-lo para sanção até 30 dias após o recebimento deste.

§ 1º - Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for votado no prazo especificado no *Caput* do artigo, a Câmara Municipal será de imediato convocada, extraordinariamente, e permanecerá em sessão até que seja votado.

§ 2º - Caso o projeto a que se refere o *Caput* do artigo não seja votado até 31 de dezembro de 2025, a programação da Lei orçamentária anual proposta poderá ser executada a partir de 01 de janeiro de 2026, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação em cada mês, até que o projeto seja votado pela Câmara.

Artigo 57 - O custeio, pelo Poder Executivo Municipal, de despesas de competência dos Estados e da União, somente poderá ser realizado:

I - Casos se refiram a ações de competência comum dos referidos entes da Federação, previstas no artigo 23 da Constituição Federal;

II - Se houver expressa autorização em Lei específica, detalhando o seu objeto;

III - Sejam objeto de celebração de convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere.

Artigo 58 - Serão consideradas legais as despesas com multas, juros e outros acréscimos decorrentes de eventual atraso no pagamento de compromissos por insuficiência de caixa e/ou necessidade de priorização do pagamento de despesas imprescindíveis ao pleno funcionamento das atividades e execução dos projetos da Administração Pública Municipal.

Artigo 59 - Poderá ser incluída, no orçamento anual para o exercício financeiro de 2026, fixação para o custeio de despesas com cartório, concessão de refeições e doações.

§1º - As refeições e lanches, quando necessários, inclusive em datas comemorativas, serão concedidas em reuniões com autoridades de outras esferas administrativas, com membros da edilidade municipal, secretários e servidores públicos municipais.

§2º - As doações serão concedidas em caso de extrema necessidade, com controle e acompanhamento da Secretaria Municipal de Assistência Social, através de processo devidamente formalizado.

Artigo 60 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Crateús/CE, 02 de junho de 2025.

JANAINA
CARLA
FARIAS:74622
803372

Assinado de forma
digital por JANAINA
CARLA
FARIAS:74622803372
Dados: 2025.06.02
11:00:49 -03'00'

Janaina Carla Farias
Prefeito Municipal de Crateús

ANEXO I – DOS RISCOS FISCAIS

1- LEGISLAÇÃO

O § 3º do artigo 4º da LRF, transcrito a seguir, determina o que deverá conter no Anexo de Riscos Fiscais.

“§ 3o A lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.”

2- CONCEITO

Segundo o Manual de Demonstrativos Fiscais – 14ª edição, Riscos Fiscais podem ser conceituados como a possibilidade da ocorrência de eventos que venham a impactar negativamente as contas públicas, eventos estes resultantes da realização das ações previstas no programa de trabalho para o exercício ou decorrentes das metas de resultados, correspondendo, assim, aos riscos provenientes das obrigações financeiras do governo.

É importante ressaltar que riscos repetitivos deixam de ser riscos, devendo ser tratadas no âmbito do planejamento, ou seja, devem ser incluídas como ações na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual do ente federativo. Por exemplo, se a ocorrência de catástrofes naturais – como secas ou inundações – ou de epidemias como a dengue – tem sazonalidade conhecida, as ações para mitigar seus efeitos, assim como as despesas decorrentes, devem ser previstas na LDO e na LOA do ente federativo afetado, e não ser tratada como risco fiscal no Anexo de Riscos Fiscais.

3- CONTINGÊNCIA PASSIVA

Contingência passiva é uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estão

totalmente sob o controle da entidade; ou é uma obrigação presente que surge em decorrência de eventos passados, mas que não é reconhecida ou porque é improvável que a entidade tenha de liquidá-la; ou porque o valor da obrigação não pode ser estimado com suficiente segurança.

4- OBRIGAÇÕES FISCAIS

De modo abrangente, as obrigações financeiras do governo podem ser classificadas:

a) Quanto à transparência, em:

Explícitas - estabelecidas por lei ou contrato;

Implícitas - obrigação moral ou esperada do governo, devido a expectativas do público, pressão política ou à histórica intervenção do Estado na Economia;

b) Quanto à possibilidade de ocorrência, em:

Diretas - de ocorrência certa, previsíveis e baseadas em algum fator bem conhecido;

Contingentes - associadas à ocorrência de algum evento particular, que pode ou não acontecer, e cuja probabilidade de ocorrência e magnitude são difíceis de prever; em outras palavras, as obrigações contingentes podem ou não se transformar em dívida, dependendo da concretização de determinado evento.

As obrigações explícitas diretas do ente da Federação – inclusive os precatórios judiciais – devem ser reconhecidas, quantificadas e planejadas como despesas na Lei Orçamentária Anual e não constituem riscos fiscais. Logo, não podem ser incluídas neste Anexo de Riscos Fiscais. Por se tratar de passivos alocados no orçamento, os precatórios não se enquadram no conceito de risco fiscal, conforme estabelecido no § 1º do artigo 100 da Constituição Federal:

“É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente”.

Os riscos orçamentários referem-se à possibilidade de as obrigações explícitas diretas sofrerem impactos negativos devido a fatores tais como as receitas previstas não se realizarem ou à necessidade de execução de despesas inicialmente não fixadas ou orçadas a menor. Como riscos orçamentários, podem-se citar, dentre outros casos:

- a) Frustração na arrecadação devido a fatos não previstos à época da elaboração da peça orçamentária;
- b) Restituição de tributos realizada a maior que a prevista nas deduções da receita orçamentária;
- c) Discrepância entre as projeções de nível de atividade econômica, taxa de inflação e taxa de câmbio quando da elaboração do orçamento e os valores efetivamente observados durante a execução orçamentária, afetando o montante de recursos arrecadados;
- d) Discrepância entre as projeções, quando da elaboração do orçamento, de taxas de juros e taxa de câmbio incidente sobre títulos vincendos e os valores efetivamente observados durante a execução orçamentária, resultando em aumento do serviço da dívida pública;
- e) Ocorrência de epidemias, enchentes, abalos sísmicos, guerras e outras situações de calamidade pública que não possam ser planejadas e que demandem do Estado ações emergenciais, com consequente aumento de despesas;

Sob o ponto de vista fiscal, as obrigações explícitas contingentes (ou passivos contingentes) decorrem de compromissos firmados pelo Governo em função de lei ou contrato e que dependem da ocorrência de um ou mais eventos futuros para gerar compromissos de pagamento. Tais eventos futuros não estão totalmente sob o controle da entidade, e podem ou não ocorrer. Como a probabilidade de ocorrência do evento e a

magnitude da despesa resultante dependem de condições externas, a estimativa desses passivos é, muitas vezes, difícil e imprecisa. No entanto, o Anexo de Riscos Fiscais deve espelhar a situação da forma mais fiel possível.

Como exemplos de passivos contingentes podem-se citar, dentre outros casos:

- a) Demandas judiciais contra a atividade reguladora do Estado, com impacto na despesa pública: em sua maior parte, controvérsias sobre indexação e controles de preços praticados durante planos de estabilização e soluções propostas para sua compensação, bem como questionamentos de ordem tributária e previdenciária;
- b) Demandas judiciais contra empresas estatais dependentes;
- c) Demandas judiciais contra a administração do Ente, tais como privatizações, liquidação ou extinção de órgãos ou de empresas, e reajustes salariais não concedidos em desrespeito à lei;
- d) Demandas trabalhistas contra o ente federativo e órgãos da sua administração indireta;
- e) Dívidas em processo de reconhecimento pelo Ente e sob sua responsabilidade;
- f) Avais e garantias concedidas pelo Ente a entidades públicas, tais como empresas e bancos estatais, a entidades privadas e a fundos de pensão, além de outros riscos. Verificar se não há restrição legal na LRF no tocante à concessão de garantias às empresas do próprio ente.

As obrigações implícitas diretas surgem em virtude dos compromissos assumidos pelo governo, no médio prazo, em sua política de despesas públicas. Um exemplo dessas obrigações são aquelas relacionadas ao fluxo futuro de despesas com o pagamento de aposentadorias e pensões.

As obrigações implícitas contingentes surgem em função de objetivos declarados de políticas governamentais. Dado o caráter da imprevisibilidade inerente a esse tipo de risco, é muito difícil identificá-lo e estimá-lo. A possibilidade de sua ocorrência se amplia quando os fundamentos macroeconômicos estão fracos, se o setor

financeiro se encontra em situação de vulnerabilidade, se os sistemas regulatórios e de fiscalização são deficientes ou se não há suficiente acesso à informação.

Esses riscos são verificados, principalmente, a partir de dois tipos de eventos. Um deles é relacionado com a gestão da dívida, ou seja, decorre de fatos como a variação das taxas de juros e de câmbio em títulos vincendos. O outro tipo são os passivos contingentes que representam dívidas, cuja existência depende de fatores imprevisíveis, tais como resultados dos julgamentos de processos judiciais.

Embora os resultados do ajuste fiscal tenham sido momentaneamente felizes, não há como desconsiderar riscos advindos de futuras decisões de natureza fiscal, o que requer cuidadoso exame dos administradores públicos. Esses riscos podem comprometer o atingimento de metas de resultado primário e nominal do município.

Os riscos que podem afetar as metas de resultado primário têm influência direta sobre os fluxos de receita e despesa previstas na proposta de execução orçamentária. São os chamados riscos orçamentários. Para os riscos orçamentários, o artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal prevê limitação de empenho e movimentação financeira caso a realização da receita não comporte o cumprimento das metas de resultados estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais. Este procedimento permite que os desvios sejam corrigidos ao longo do ano, mantendo o cumprimento das metas de resultado primário.

Em síntese, os riscos orçamentários são contrabalançados por meio da realocação de despesa.

O Município de Crateús avança na direção de um regime fiscal responsável, em conformidade com os princípios, normas e limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, que permitirá a sustentação do ajuste fiscal no longo prazo.

O comprometimento do Governo Municipal com o ajuste fiscal será retratado pelos resultados obtidos a partir do primeiro bimestre de 2025, superiores aos dos anos anteriores, demonstrando que as metas previstas de superávit fiscal irão ser sistematicamente cumpridas.

Com o cumprimento das metas fiscais e avanços na institucionalização do ajuste fiscal, o equilíbrio fiscal do Município será alcançado. Existem, no entanto, riscos para a concretização deste cenário no futuro. Os riscos estão concentrados, principalmente, em passivos contingentes decorrentes de ações judiciais que podem contribuir para o aumento da despesa municipal intitulada de precatórios judiciais.

É importante ressaltar que os passivos contingentes mencionados neste Anexo não redundam em fatos inevitáveis, mas poderão exercer impactos sobre a política fiscal, caso se concretizem.

A divulgação dos passivos contingentes representa mais um passo importante rumo à transparência fiscal. Entretanto, essa não será, necessariamente, a única forma de cobertura dos riscos fiscais, podendo ser utilizados outros meios como, por exemplo, a realocação e redução de despesas discricionárias.

Nos termos do § 1º do artigo 1º da LRF, “a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas (...)”, razão pela qual o planejamento é essencial à gestão fiscal responsável.

No processo de planejamento orçamentário, do qual a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO – é parte integrante, o ente deverá avaliar os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, com o objetivo de dar maior transparência às metas de resultado estabelecidas, informando as providências a serem tomadas caso tais riscos se concretizem.

A gestão de riscos fiscais não se resume à elaboração do Anexo de Riscos Fiscais, mas é composta por seis funções necessárias, a saber:

- 1) Identificação do tipo de risco e da exposição ao risco;
- 2) Mensuração ou quantificação dessa exposição;
- 3) Estimativa do grau de tolerância das contas públicas ao comportamento frente ao risco;
- 4) Decisão estratégica sobre as opções para enfrentar o risco;

5) Implementação de condutas de mitigação do risco e de mecanismos de controle para prevenir perdas decorrentes do risco;

6) Monitoramento contínuo da exposição ao longo do tempo, preferencialmente através de sistemas institucionalizados (controle interno).

Dessas funções, o Anexo de Riscos Fiscais dá transparência às de número 1, 2 e 4. As demais poderão ser tratadas em audiências públicas.

Recomenda-se que a política de gestão de riscos fiscais seja adotada gradualmente, iniciando pela identificação dos riscos (1) e evoluindo até o seu monitoramento (6), concentrando-se nas áreas com maior risco de perda.

À medida que a gestão de riscos fiscais for aperfeiçoada, o Anexo de Riscos Fiscais tornar-se-á um documento mais complexo e completo, e a gestão fiscal será mais transparente e terá melhores condições de atingir os resultados pretendidos.

MUNICÍPIO: CRATEÚS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE RISCOS FISCAIS DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026			
ARF (LRF, art 4º, § 3º)		R\$ 1,00	
PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais Trabalhistas	1.154.000,00	Reserva de Contingência	1.154.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	270.000,00	Reserva de Contingencia	270.000,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00		0,00
Assistências a Calamidades	500.000,00	Redução de Despesas de natureza discricionária	500.000,00
Outros Passivos Contingentes	110.000,00	Reserva de Contingencia	110.000,00
SUBTOTAL	2.034.000,00	SUBTOTAL	2.034.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Imprevistos nos Gastos com Pessoal	540.000,00	Reserva de Contingência	540.000,00
Frustração nas Receitas	215.000,00	Reserva de Contingência	215.000,00
SUBTOTAL	755.000,00	SUBTOTAL	755.000,00
TOTAL	2.789.000,00	TOTAL	2.789.000,00
FONTE: Sistema Gestor Municipal, Unidade Responsável: Prefeitura Municipal de Crateús, Data da emissão: 02/06/2025; 16:08			
CRATEUS-CE, em 02/06/2025.			
		JANAINA CARLA FARIAS:74622803372 Assinado de forma digital por JANAINA CARLA FARIAS:74622803372 Dados: 2025.06.02 11:01:40 -03'00'	
		JANAINA CARLA FARIAS PREFEITA MUNICIPAL	

ANEXO II – DAS METAS FISCAIS

O Anexo de Metas Fiscais, que integrará o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, em atendimento ao disposto no § 1º do artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, deverá ser elaborado, de acordo com o § 2º do artigo 1º da LRF, pelo Poder Executivo Municipal, abrangendo tanto o Poder Executivo quanto o Poder Legislativo.

O Anexo de Metas Fiscais abrangerá os órgãos da Administração Direta dos Poderes Executivo e Legislativo.

Na elaboração desse anexo da LDO, deverão ser observados os critérios e medidas constantes no presente manual, a fim de se estabelecer padrões para as informações que deverão ser demonstradas.

A LRF determina que no Anexo de Metas Fiscais serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes, e conterá ainda:

- a) avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;
- b) demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as metas fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência das metas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;
- c) evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- d) avaliação da situação financeira e atuarial;
- e) do regime geral de previdência social, do regime próprio de previdência dos servidores e do Fundo de Amparo ao Trabalhador;
- f) dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial;
- g) demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

O cumprimento das metas deve ser acompanhado com base nas informações divulgadas no Relatório Resumido da Execução Orçamentária e no Relatório de Gestão Fiscal.

A previsão do mercado financeiro para o crescimento da economia brasileira subiu. Para este ano, a expectativa para o crescimento da economia está em 1,97%.

Para 2026, a projeção para o Produto Interno Bruto (PIB – a soma dos bens e serviços produzidos no país – também foi mantida em 1,6%. Para 2027 e 2028, o mercado financeiro estima expansão do PIB em 2% para os dois anos.

A previsão da cotação do dólar está em R\$ 5,90 para o fim deste ano. No fim de 2026, estima-se que a moeda norte-americana fique em R\$ 5,99.

A estimativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – considerado a inflação oficial do país – para 2025 foi mantida em 5,65% na última edição do Boletim Focus. Para 2026, a projeção da inflação ficou em 4,5%. Para 2027 e 2028, as previsões são de 4% e 3,78%, respectivamente.

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 14,25% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

Até dezembro próximo, a estimativa do mercado financeiro é que a taxa básica suba para 15% ao ano. Para 2026, 2027 e 2028, a previsão é que ela seja reduzida para 12,5% ao ano, 10,5% ao ano e 10% ao ano, respectivamente.

VARIÁVEIS – expectativas	2026	2027	2028
PIB REAL (Crescimento % anual)	1,60 %	2.00 %	2.00 %
Taxa Real de Juros (média % anual)	12,5 %	10,50 %	10,00 %
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	5,99	5,90	5,90
Inflação Média (% anual) IPCA - AMPLO	4,50 %	4,00 %	3,78 %

Projeção PIB do Estado – R\$ milhões	264.722	280.097	296.902
INCREMENTO DA RECEITA TOTAL		6,50%	5,00%

Ressalta-se, mais uma vez, que o cenário macroeconômico desenhado para o ano de 2026 poderá impactar de forma direta nas estimativas de arrecadação recursos de transferências voluntárias.

Concluindo, destaca-se que o Anexo de Metas Fiscais é composto ainda pelos demonstrativos que se seguem, na forma definida pela Secretaria do Tesouro Nacional por meio da **PORTARIA STN/MF Nº 989, DE 14 DE JUNHO DE 2024**, que alterou a **14ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF.**

GOVERNO MUNICIPAL DE CRATEÚS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS - EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2026				2027				2028			
	Valor	Valor	% PIB	% RCL	Valor	Valor	% PIB	% RCL	Valor	Valor	% PIB	% RCL
	Corrente	Constante	(a / PIB)	(a /	Corrente	Constante	(b /	(b / RCL)	Corrente	Constante	(c / PIB)	(c / RCL)
	(a)		x 100	x 100	(b)		x 100	x 100	(c)		x 100	x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	523.250.000,00	500.717.703,35	0,20%	113,75	557.261.250,00	511.718.319,56	0,20%	113,75	585.124.312,50	494.069.731,36	0,20%	113,84
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS)	515.401.250,00	493.206.937,80	0,19%	112,04	548.902.331,25	504.042.544,77	0,20%	112,04	576.347.447,81	486.658.685,39	0,19%	112,13
Despesa Total (Exceto Fontes RPPS)	523.250.000,00	500.717.703,35	0,20%	113,75	557.261.250,00	511.718.319,56	0,20%	113,75	585.124.312,50	494.069.731,36	0,20%	113,84
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS)	519.754.200,00	497.372.440,19	0,20%	112,99	553.538.223,00	508.299.561,98	0,20%	112,99	581.215.134,15	490.768.882,88	0,20%	113,08
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00
Resultado Primário/Sem RPPS (Acima da Linha)	-4.352.950,00	-4.165.502,39	0,00%	-0,95	-4.635.891,75	-4.257.017,22	0,00%	-0,95	-4.867.686,34	-4.110.197,49	0,00%	-0,95
Resultado Primário/Com RPPS (Acima da Linha)	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00
Juros, Enc e Varia. Monet. Ativos (IV)	4.514.000,00	4.319.617,22	0,00%	0,98	3.955.000,00	3.631.772,27	0,00%	0,81	4.152.750,00	3.506.516,54	0,00%	0,81
Juros, Enc e Varia. Monet. Passivos (V)	322.000,00	308.133,97	0,00%	0,07	540.000,00	495.867,77	0,00%	0,11	567.000,00	478.765,85	0,00%	0,11
Dívida Pública Consolidada (DC)	75.000.000,00	71.770.334,93	0,03%	16,30	73.840.000,00	67.805.325,99	0,03%	15,07	70.148.000,00	65.466.796,70	0,02%	13,65
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	57.000.000,00	54.545.454,55	0,02%	12,39	59.920.000,00	55.022.956,84	0,02%	12,23	58.700.000,00	53.125.277,06	0,02%	11,42
Resultado Nominal (SEM RPPS) Abaixo da Meta	-14.782.700,00	-14.146.124,40	-0,01%	-3,21	-2.920.000,00	-2.681.359,04	0,00%	-0,60	1.220.000,00	-2.588.881,99	0,00%	0,24

FONTE: Sistema Gestor Municipal, Unidade Responsável: Prefeitura Municipal de Crateús, Data da emissão: 02/06/2025; 16:08

VARIÁVEIS - expectativas	2026	2027	2028
PIB REAL (Crescimento % anual)	1,60%	2,00 %	2,00 %
Taxa Real de Juros (média % anual)	12,50%	10,50%	10,00%
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	5,99	5,9	5,9
Inflação Média (% anual) IPCA - AMPLO	4,50%	4,00%	3,78%
Projeção PIB do Estado - R\$ milhões	264.722	280.097	296.902
Receita Corrente Líquida municipal	460.000.000	489.900.000	514.000.000
INCREMENTO DA ARRECADAÇÃO TOTAL		6,50%	5,00%

CRATEÚS-CE, em 02/06/2025.

Valor Constante 2026: Valor Corrente 1,0450
Valor Constante 2027: Valor Corrente 1,0890
Valor Constante 2028: Valor Corrente 1,1279

JANAINA CARLA Assinado de forma digital por
JANAINA CARLA FARIAS:74622803 FARIAS:74622803372
372 Dados: 2025.06.02 11:02:34
-03'00'

JANAINA CARLA FARIAS
PREFEITA MUNICIPAL

MUNICÍPIO: CRATEÚS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2024 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2024 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total (Exceto Fontes RPPS)	320.250.000,00	0,136%	90,71%	377.474.829,73	0,160%	106,92%	57.224.829,73	17,87%
Receitas Primárias (Exceto Fontes RPPS)	320.250.000,00	0,136%	90,71%	372.566.411,92	0,158%	105,53%	52.316.411,92	16,34%
Despesa Total (Exceto Fontes RPPS)	320.250.000,00	0,136%	90,71%	399.691.838,79	0,170%	113,21%	79.441.838,79	24,81%
Despesas Primárias (Exceto Fontes RPPS)	320.250.000,00	0,136%	90,71%	384.619.169,43	0,163%	108,94%	64.369.169,43	20,10%
Receita Total (Com Fontes RPPS)	0,00	0,000%	0,00%	0,00	0,000%	0,00%	0,00	
Receitas Primárias (Com Fontes RPPS)	0,00	0,000%	0,00%	0,00	0,000%	0,00%	0,00	
Despesa Total (Com Fontes RPPS)	0,00	0,000%	0,00%	0,00	0,000%	0,00%	0,00	
Despesas Primárias (Com Fontes RPPS)	0,00	0,000%	0,00%	0,00	0,000%	0,00%	0,00	
Resultado Primário (sem RPPS)	0,00	0,000%	0,00%	-12.052.757,51	-0,005%	-3,41%	-12.052.757,51	
Resultado Primário (Com RPPS)	0,00	0,000%	0,00%	0,00	0,000%	0,00%	0,00	
Dívida Pública Consolidada (DC)	0,00	0,000%	0,00%	51.542.643,32	0,022%	14,60%	51.542.643,32	
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	0,00	0,000%	0,00%	20.155.121,21	0,009%	5,71%	20.155.121,21	
Resultado Nominal (SEM RPPS) Abaixo da Linha	0,00	0,000%	0,00%	-1.306.941,41	-0,001%	-0,37%	-1.306.941,41	

FONTE: Sistema Gestor Municipal, Unidade Responsável: Prefeitura Municipal de Crateús, Data da emissão: 02/06/2025; 16:08

(*) dados extraídos Da ldo/2024, bem como do RREO - 6º bimestre de 2024

PIB NOMINAL - R\$ MILHÕES	235.259.000
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - R\$ 1,00	353.040.846

JANAINA
CARLA
FARIAS:7462
2803372

Assinado de forma
digital por JANAINA
CARLA
FARIAS:74622803372
Dados: 2025.06.02
11:03:06 -03'00'

JANAINA CARLA FARIAS

PREFEITA MUNICIPAL

MUNICÍPIO: CRATEÚS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES - EXERCÍCIO DE 2026

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

VALORES A PREÇOS CORRENTES											
ESPECIFICAÇÃO	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%
Receita Total (Exceto Fontes RPPS)	305.000.000,00	320.250.000,00	0,11%	336.263.000,00	0,11%	523.250.000,00	0,20%	557.261.250,00	0,20%	585.124.312,50	0,20%
Receitas Primárias (Exceto Fontes RPPS)	305.000.000,00	320.250.000,00	0,11%	336.263.000,00	0,10%	515.401.250,00	0,19%	548.902.331,25	0,20%	576.347.447,81	0,19%
Despesa Total (Exceto Fontes RPPS)	305.000.000,00	320.250.000,00	0,11%	336.263.000,00	0,11%	523.250.000,00	0,20%	557.261.250,00	0,20%	585.124.312,50	0,20%
Despesas Primárias (Exceto Fontes RPPS)	305.000.000,00	320.250.000,00	0,11%	336.263.000,00	0,10%	519.754.200,00	0,20%	553.538.223,00	0,20%	581.215.134,15	0,20%
Receita Total (Com Fontes RPPS)	0,00	0,00	0,11%	0,00	0,11%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Receitas Primárias (Com Fontes RPPS)	0,00	0,00	0,11%	0,00	0,10%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Despesa Total (Com Fontes RPPS)	0,00	0,00	0,11%	0,00	0,11%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Despesas Primárias (Com Fontes RPPS)	0,00	0,00	0,11%	0,00	0,10%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Resultado Primário (sem RPPS)	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	-4.352.950,00	0,00%	-4.635.891,75	0,00%	-4.867.686,34	0,00%
Resultado Primário (Com RPPS)	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Dívida Pública Consolidada (DC)	0,00	0,00	0,05%	0,00	0,04%	75.000.000,00	0,00%	73.840.000,00	0,00%	70.148.000,00	0,00%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	0,00	0,00	0,04%	0,00	0,03%	57.000.000,00	0,00%	59.920.000,00	0,00%	58.700.000,00	0,00%
Resultado Nominal(Sem RPPS) abaixo da linha	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	-14.782.700,00	0,03%	-2.920.000,00	0,03%	1.220.000,00	0,02%

VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
ESPECIFICAÇÃO	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%
Receita Total (Exceto Fontes RPPS)	293.834.296,72	296.555.236,60	0,11%	324.860.399,96	0,11%	500.717.703,35	0,20%	511.718.319,56	0,20%	494.069.731,36	0,20%
Receitas Primárias (Exceto Fontes RPPS)	293.834.296,72	296.555.236,60	0,11%	324.860.399,96	0,10%	493.206.937,80	0,19%	504.042.544,77	0,20%	486.658.685,39	0,19%
Despesa Total (Exceto Fontes RPPS)	293.834.296,72	296.555.236,60	0,11%	324.860.399,96	0,11%	500.717.703,35	0,20%	511.718.319,56	0,20%	494.069.731,36	0,20%
Despesas Primárias (Exceto Fontes RPPS)	293.834.296,72	296.555.236,60	0,11%	324.860.399,96	0,10%	497.372.440,19	0,20%	508.299.561,98	0,20%	490.768.882,88	0,20%
Receita Total (Com Fontes RPPS)	0,00	0,00	0,11%	0,00	0,11%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Receitas Primárias (Com Fontes RPPS)	0,00	0,00	0,11%	0,00	0,10%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Despesa Total (Com Fontes RPPS)	0,00	0,00	0,11%	0,00	0,11%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Despesas Primárias (Com Fontes RPPS)	0,00	0,00	0,11%	0,00	0,10%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Resultado Primário (sem RPPS)	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	-4.165.502,39	0,00%	-4.257.017,22	0,00%	-4.110.197,49	0,00%
Resultado Primário (Com RPPS)	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Dívida Pública Consolidada (DC)	0,00	0,00	0,05%	0,00	0,04%	71.770.334,93	0,00%	67.805.325,99	0,00%	65.466.796,70	0,00%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	0,00	0,00	0,04%	0,00	0,03%	54.545.454,55	0,00%	55.022.956,84	0,00%	53.125.277,06	0,00%
Resultado Nominal(Sem RPPS) abaixo da linha	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	-14.146.124,40	0,03%	-2.681.359,04	0,03%	-2.588.881,99	0,02%

METODOLOGIA DE CALCULO VALOR CONSTANTE:	2026	1,0450	2027	1,0890	2028	1,1279					
---	------	--------	------	--------	------	--------	--	--	--	--	--

FORTE: Sistema Gestor Municipal, Unidade Responsável: Prefeitura Municipal de Crateús, Data da emissão: 02/06/2025; 16:08

FORTE: LDO 2022/2023/2024

CRATEÚS-CE, em 02/06/2025.

JANAINA CARLA
 FARIAS 716228003
 372

Assinado de forma digital
 por JANAINA CARLA
 Dados: 2025.06.02 11:03:53
 0100
 JANAINA CARLA FARIAS
 PREFEITA MUNICIPAL

MUNICIPIO: CRATEÚS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º,

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Reservas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Resultado Acumulado	100.123.739,09	100,00%	98.338.859,51	100,00%	110.728.316,24	100,00%
TOTAL	100.123.739,09	100,00%	98.338.859,51	100,00%	110.728.316,24	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Reservas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
TOTAL	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%

FONTE: Sistema Gestor Municipal, Unidade Responsável: Prefeitura Municipal de Crateús, Data da emissão: 02 /06 /2025; 16:08

CRATEÚS-CE, em 02/06/2025.

JANAINA CARLA
FARIAS:74622803372

Assinado de forma digital por
JANAINA CARLA FARIAS:74622803372
Dados: 2025.06.02 11:04:31 -03'00'

JANAINA CARLA FARIAS
PREFEITA MUNICIPAL

MUNICÍPIO: CRATEÚS			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS			
ANEXO DE METAS FISCAIS			
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
EXERCÍCIO DE 2026			
AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)			R\$ 1,00
RECEITAS REALIZADAS	2024	2023	2022
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	306.900,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	306.900,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS	2024	2023	2022
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	306.900,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	306.900,00	0,00	0,00
Investimentos	306.900,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	2024	2023	2022
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00
FONTE: Sistema Gestor Municipal, Unidade Responsável: Prefeitura Municipal de Crateús, Data da emissão: 02 /06/ 2025; 16:08			
CRATEÚS-CE, em 02/06/2025.			
JANAINA CARLA FARIAS FARIAS:7462280337 2 Assinado de forma digital por JANAINA CARLA FARIAS:74622803372 Dados: 2025.06.02 11:04:59 -03'00' JANAINA CARLA FARIAS PREFEITA MUNICIPAL			

MUNICÍPIO DE CRATEÚS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026				
O MUNICÍPIO DE CRATEÚS É FILIADO AO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL				
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")				R\$ 1,00
RECEITAS	2022	2023	2024	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)				
RECEITAS CORRENTES				
Receita de Contribuições dos Segurados				
Pessoal Civil				
Pessoal Militar				
Outras Receitas de Contribuições				
Receita Patrimonial				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes				
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Outras Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)				
RECEITAS CORRENTES				
Receita de Contribuições				
Patronal				
Pessoal Civil				
Pessoal Militar				
Cobertura de Déficit Atuarial				
Regime de Débitos e Parcelamentos				
Receita Patrimonial				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL				
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)				
DESPESAS	2022	2023	2024	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)				
ADMINISTRAÇÃO				
Despesas Correntes				
Despesas de Capital				
PREVIDÊNCIA				
Pessoal Civil				
Pessoal Militar				
Outras Despesas Previdenciárias				
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS				
Demais Despesas Previdenciárias				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)				
ADMINISTRAÇÃO				
Despesas Correntes				
Despesas de Capital				
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)				
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)				0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2022	2023	2024	
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS				
Plano Financeiro				
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras				
Recursos para Formação de Reserva				
Outros Aportes para o RPPS				
Plano Previdenciário				
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro				
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial				
Outros Aportes para o RPPS				
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	
BENS E DIREITOS DO RPPS				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior)
DNT: Sistema Gestor Municipal, Unidade Responsável: Prefeitura Municipal de Crateús, Data da emissão: 02/06/2025; 16:1				
CRATEÚS-CE, em 02/06/2025.				
JANAINA CARLA FARIAS:74622803372 Assinado de forma digital por JANAINA CARLA FARIAS:74622803372 Dados: 2025.06.02 11:06:11 -03'00' JANAINA CARLA FARIAS PREFEITA MUNICIPAL				

MUNICIPIO: CRATEÚS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
EXERCICIO FINANCEIRO DE 2026

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) R\$ 1,00

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2025	2026	2027	

SEM REGISTROS

FONTE: Sistema Gestor Municipal, Unidade Responsável: Prefeitura Municipal de Crateús, Data da emissão: 02/06/2025; 16:08

DURANTE O PERÍODO EM EVIDÊNCIA NÃO HÁ PREVISIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA QUE DENOTE RENÚNCIA DE RECEITA.

CRATEÚS-CE, em 02/06/2025.

JANAINA CARLA
FARIAS:74622803372

Assinado de forma digital
por JANAINA CARLA
FARIAS:74622803372
Dados: 2025.06.02
11:06:46 -03'00'

JANAINA CARLA FARIAS
PREFEITA MUNICIPAL

MUNICIPIO: CRATEÚS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026

EVENTOS	Valor Previsto para 2026
Aumento Permanente da Receita	49.200.000,00
(-) Transferências Constitucionais	12.450.000,00
(-) Transferências ao NOVO FUNDEB	34.712.000,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	2.038.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	2.038.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	2.038.000,00

FONTE: Sistema Gestor Municipal, Unidade Responsável: Prefeitura Municipal de Crateús, Data da emissão: 02/06/2025; 16:08

CRATEÚS-CE, em 02/06/2025.

JANAINA CARLA
FARIAS:74622803
372

Assinado de forma digital por
JANAINA CARLA
FARIAS:74622803372
Dados: 2025.06.02 11:07:19
-03'00'

JANAINA CARLA FARIAS
PREFEITA MUNICIPAL

ANEXO III – DA METODOLOGIA DE CÁLCULO

1- INTRODUÇÃO

Em atendimento ao que determina o § 2º, inciso II do artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), fica apresentada a memória e metodologia de cálculo para obtenção dos valores dos anexos fiscais.

2- CENÁRIO ECONÔMICO

O cumprimento das metas deve ser acompanhado com base nas informações divulgadas no Relatório Resumido da Execução Orçamentária e no Relatório de Gestão Fiscal.

A previsão do mercado financeiro para o crescimento da economia brasileira subiu. **Para este ano, a expectativa para o crescimento da economia está em 1,97%.** Para 2026, a projeção para o **Produto Interno Bruto** (PIB) – a soma dos bens e serviços produzidos no País – também foi mantida em 1,6%. **Para 2027 e 2028, o mercado financeiro estima expansão do PIB em 2% para os dois anos.**

A previsão da cotação do dólar está em R\$ 5,90 para o fim deste ano. No fim de 2026, estima-se que a moeda norte-americana fique em R\$ 5,99.

A estimativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – considerado a inflação oficial do país – para 2025 foi mantida em 5,65% na última edição do Boletim Focus. Para 2026, a projeção da inflação ficou em 4,5%. Para 2027 e 2028, as previsões são de 4% e 3,78%, respectivamente. Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 14,25% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

Até dezembro próximo, a estimativa do mercado financeiro é que a taxa básica suba para 15% ao ano. Para 2026, 2027 e 2028, a previsão é que ela seja reduzida para 12,5% ao ano, 10,5% ao ano e 10% ao ano, respectivamente.

VARIÁVEIS – expectativas	2026	2027	2028
PIB REAL (Crescimento % anual)	1,60 %	2.00 %	2.00 %
Taxa Real de Juros (média % anual)	12,5 %	10,50 %	10,00 %
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	5,99	5,90	5,90
Inflação Média (% anual) IPCA - AMPLO	4,50 %	4,00 %	3,78 %
Projeção PIB do Estado – R\$ milhões	264.722	280.097	296.902
INCREMENTO DA RECEITA TOTAL		6,50%	5,00%

3- PROJEÇÃO DAS RECEITAS

A classificação orçamentária por natureza da receita é estabelecida pelo § 4º do artigo 11 da Lei nº 4.320/1964 e regulamentado pela Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 04 de maio de 2001, sendo obrigatória para todos os entes da Federação.

No âmbito Municipal, a metodologia de projeção de receitas orçamentárias adotada está baseada na série histórica de arrecadação das receitas ao longo dos anos ou meses anteriores (base de cálculo), bem como na mudança da legislação tributária municipal.

Esta metodologia busca traduzir matematicamente o comportamento da arrecadação de uma determinada receita ao longo dos meses e anos anteriores e refleti-la para os meses ou anos seguintes. A busca deste modelo dependerá em grande parte da série histórica de arrecadação e de informações dos Órgãos ou Unidades Arrecadoras, que estão diretamente envolvidas com a receita que se pretende projetar.

De modo geral, a metodologia utilizada varia de acordo com a espécie de receita orçamentária que se quer projetar. Assim, para cada receita deve ser avaliado o modelo matemático mais adequado para projeção, de acordo com a série histórica da sua arrecadação. Se necessário, podem ser desenvolvidos novos modelos.

A projeção das receitas é fundamental na determinação das despesas, pois é a base para a fixação destas na Lei Orçamentária Anual, na execução do orçamento e para a determinação das necessidades de financiamento do Governo. Além disso, é primordial sua análise na concessão de créditos suplementares e especiais por excesso de arrecadação.

Os dados listados na planilha acima foram extraídos do Balanço Orçamentário, peça vinculada as prestações de contas de governo dos exercícios financeiros de 2022 a 2024.

No tocante às receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias, a constante otimização das políticas de fiscalização e cobranças tributárias buscam minimizar os efeitos da instabilidade na economia brasileira, incremento anualmente o valor final da arrecadação.

Em relação ao Imposto sobre Serviços, a administração tem aumentado significativamente a emissão de ordens de fiscalização, o que possivelmente acarretará moderado acréscimo na arrecadação.

Com relação ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, suas arrecadações deverão se manter na média dos exercícios financeiros de 2022, 2023 e 2024.

No que tange às transferências, estas têm sofrido as mesmas influências das Receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias face a instabilidade que a economia brasileira. A exceção se dá em função das receitas derivadas do SUS, FNDE e FUNDEB, visto que estas não sofrem influência direta do incremento apontado.

As demais receitas não têm comportamento regular e isto ocorre pelo fato de a maioria das receitas ser proveniente de convênios ou empréstimos regulamentados por contratos. É por conta disso que são considerados os contratos já firmados e não a série histórica.

Em respeito ao princípio do equilíbrio orçamentário, tem-se buscado fazer com que as despesas variem na mesma proporção que as receitas. Além disso, vêm sendo adotadas medidas a fim de se reduzir o custeio e, conseqüentemente, desenvolver novas frentes para investimentos no Município.

EXERCÍCIO	Receitas Tributárias	Receitas Patrimoniais	Transferências Correntes	Receitas de Capital	Valor Anual
2022	24.402.057,37	5.631.620,09	229.178.740,94	7.469.816,98	274.593.949,71
2023	25.977.113,82	6.804.142,76	250.536.306,80	9.527.36,66	300.163.369,24
2024	26.869.962,34	7.688.782,03	319.109.635,54	4.885.519,04	366.96.900,79
Orçado para 2025					408.890.000,00
Projeção LDO 2026					523.250.000,00
Projeção LDO 2027					557.261.250,00
Projeção LDO 2028					585.124.312,50

Os dados listados na planilha acima foram extraídos do Balanço Orçamentário, peça vinculada as prestações de contas de governo dos exercícios financeiros de 2022 a 2024.

Em relação à origem dos recursos que compõem o tesouro do Município, é importante observar que grande parte desse montante é oriunda de transferências diretas da União e do Estado.

4- DO RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO

Os valores a preços constantes equivalem aos valores correntes expurgando os índices de inflação ou deflação aplicados no cálculo do valor atual. Assim, as metas anuais previstas para o ano de referência e os dois anos posteriores utilizam os índices apresentados abaixo:

	2026	2027	2028
Inflação Média (% anual) projetada - IPCA	4,50%	4,00%	3,78%

$\{ 1 + (\text{Taxa de Inflação Ano de referência} / 100) \}$	1,0450	1,0868	1,1278
---	--------	--------	--------

O Resultado Primário procura medir o comportamento fiscal do Governo no período e é decorrente da diferença entre a Receita Primária e a Despesa Primária.

Entende-se como Receita Primária a arrecadação de impostos, contribuições e outras receitas inerentes à função arrecadadora do Município excluindo-se as receitas financeiras.

Como Despesa Primária, as despesas orçamentárias do Governo no período, excluindo-se as despesas com dívidas financeiras.

Para o cálculo do Resultado Nominal é necessário chegarmos a Dívida Consolidada Líquida. A Dívida Consolidada Líquida leva sempre em consideração a Dívida Pública Consolidada menos o total do Ativo Financeiro, ou seja, a disponibilidade de caixa e os demais haveres financeiros.

ESPECIFICAÇÕES	2022	2023	2024
RESULTADO PRIMÁRIO – Acima da Linha	16.138.802,74	-18.303.516,43	6.767.231,63
RESULTADO NOMINAL – Abaixo da Linha	21.880.350,24	-29.976.089,93	4.945.377,28

5 - DA DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA

Conforme disposto no artigo 29 da LRF, a dívida pública consolidada ou fundada constitui-se no montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

As Operações de Crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento também integram a dívida pública consolidada. Não inclui

as dívidas do RPPS do ente, cujo serviço (juros, encargos e amortização) seja custeado com recursos próprios do RPPS.

A dívida pública contratual é composta de:

- Emissão de títulos públicos (dívida mobiliária);
- Realização de empréstimos e financiamentos (dívida contratual);
- Precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
- Realização de operações equiparadas a operações de crédito pela LRF, para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses.

As operações de crédito são compromissos financeiros assumidos em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros. Equipara-se à operação de crédito a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação.

Conforme o § 7º do artigo 30 da LRF, os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos também integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.

A dívida pública mobiliária consiste na dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.

O refinanciamento da dívida mobiliária refere-se à emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária. O refinanciamento do principal da dívida mobiliária não excederá, ao término de cada exercício financeiro, o montante do final do exercício anterior somado ao das operações de crédito autorizadas no orçamento para este efeito e efetivamente realizadas, acrescido de atualização monetária.

A dívida consolidada líquida (DCL) representa o montante da dívida consolidada (DC) deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. O entendimento sobre a composição dos demais haveres financeiros engloba os valores a receber líquidos e certos, como empréstimos e financiamentos concedidos.

Com o objetivo de medir a evolução da Dívida Consolidada Líquida, o Resultado Nominal é obtido pela diferença entre o saldo da Dívida Consolidada Líquida do exercício em exame em relação ao saldo da Dívida Consolidada Líquida no período anterior ao de referência.

Cabe destacar que o valor da Dívida Consolidada Líquida (DCL) não pode ser maior do que o valor da Dívida Consolidada (DC) do ente, pois essa situação significaria que a disponibilidade de caixa está invertida, o que fere o próprio conceito contábil de Caixa. Destaca-se que é possível haver uma situação de DCL negativa, mas não pode haver disponibilidade de caixa negativa.

Nas projeções da trajetória da dívida pública consolidada foi tomado como ponto de partida o estoque final da dívida consolidada projetado para 2025, que, por definição, será o estoque inicial de 2026.

A partir daí foram projetados os fluxos de que impactam o estoque da dívida:

- a) ingressos de operações de crédito;
- b) juros por competência;
- c) pagamento do serviço da dívida (juros e amortização).

ESPECIFICAÇÕES	2022	2023	2024
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC	57.798.073,74	53.968.201,24	51.542.643,32
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL	10.352.437,10	19.252.601,00	20.155.121,21

DEMONSTRATIVO 1 – METAS ANUAIS:

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, devem ser estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem (2026) e para os dois seguintes (2027 e 2028).

Para elaboração das projeções foram considerados:

- a) receitas e despesas primárias sob a ótica de caixa (vide tópico 4); b) juros ativos (receitas de aplicações financeiras) e juros passivos (incidentes sobre a DCL) por competência;
- c) estoque da dívida consolidada;
- d) haveres financeiros (disponibilidades de caixa, aplicações financeiras e demais haveres financeiros).

O Demonstrativo 1, parte integrante do presente Projeto de Lei, apresenta as metas fiscais para o triênio 2026 a 2028, sendo as metas dos dois últimos anos apenas indicativas da política fiscal do Município.

Para obtenção dos valores constantes foi utilizado o IPCA. O Quadro demonstra a consolidação da capacidade de geração de superávits primários pelo município, gerando uma redução no estoque de dívida líquida.

A expectativa é de que a receita primária cresça gradualmente, na razão do crescimento anual do PIB, somado a condição da reposição da perda inflacionária.

No que se refere à despesa, condizente com a preocupação com o equilíbrio entre a previsão e a efetiva arrecadação, há um aumento em decorrência principalmente dos investimentos que integram um conjunto de obras a serem contempladas no Plano Plurianual 2026/2029.

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) acompanha principalmente a trajetória do resultado nominal, com uma projeção de diminuição gradativa ao longo dos

próximos 3 anos. A tendência de redução da dívida líquida reflete a sequência prevista de superávits primários em montantes superiores aos juros líquidos nominais, consequentemente superávits nominais (apurados sob o critério acima da linha), que estão refletidos no aumento das disponibilidades de caixa.

Vale ressaltar que a DCL é um indicador importante para avaliação dos limites de endividamento público para os entes da Federação definidos na Resolução do Senado.

No último exercício encerrado, houve uma redução da DCL do patamar de 16,20%, em reação ao estoque da dívida registrado no final de 2023.

DEMONSTRATIVO 2- AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

O demonstrativo visa ao cumprimento do inciso I do § 2 do artigo 4 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, que determina:

“O anexo conterá, ainda:

I – avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.”

A finalidade desse demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício financeiro do segundo ano anterior ao ano de referência da LDO, incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

O Demonstrativo informa as metas (em valores e em percentual da RCL) para receita (total e primária), despesa (total e primária), resultados primário e nominal, dívida pública consolidada e dívida consolidada líquida, para o segundo ano anterior ao ano de referência da LDO (por exemplo, para a LDO feita em 2025 e se referindo ao exercício de 2026, será avaliado o cumprimento das metas relativas ao exercício de 2024, que é o exercício anterior ao da elaboração da LDO).

Segundo o Manual dos Demonstrativos Fiscais alguns fatores, tais como o cenário macroeconômico, as taxas de câmbio e de inflação, devem ser motivo de explanação a respeito dos resultados obtidos.

Assim, a principal finalidade é a de estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício financeiro de 2024, incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

Para o cálculo do Resultado Primário utiliza-se a metodologia acima da linha, isto é, o confronto das Receitas Primárias (I) menos as Despesas Primárias (II) e indica se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja,

se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias. A meta do resultado nominal é definida e acompanhada pela metodologia abaixo da linha.

**Demonstrativo 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas
Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores**

§ 2º, inciso II do artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

O objetivo do Demonstrativo é dar transparência às informações sobre as metas fiscais dos três exercícios anteriores e dos três exercícios seguintes, para uma melhor avaliação da política fiscal do ente federativo, de forma a permitir a análise da política fiscal em uma linha do tempo, combinando execução passada e perspectivas futuras, validando a consistência dessas últimas.

A fim de gerar maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados a preços correntes e constantes. Os critérios utilizados para as projeções do triênio 2026 a 2028 estão apresentados e detalhados no tópico “Metodologia de Cálculo”, em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal que a obrigatoriedade de os demonstrativos de metas serem instruídos com a memória e metodologia de cálculo, objetivando demonstrar como tais valores foram obtidos.

Demonstrativo 4 - Evolução do Patrimônio Líquido

§ 2º, inciso III do artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

O Patrimônio Líquido (PL) reflete, em termos monetários, a situação patrimonial líquida do Município, ou seja, representa a diferença entre o “Ativo Real” e o “Passivo Real”. Integram o patrimônio líquido: patrimônio/capital social, reservas, resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial. Conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), as contas que compõem o PL são as seguintes:

a) Patrimônio/Capital: Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

b) Reservas: Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado, as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas e as demais reservas, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

c) Resultados Acumulados: Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos. A conta Ajustes de Exercícios Anteriores, que registra os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, integra a conta Resultados Acumulados.

Demonstrativo 5 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

§ 2º, inciso V do artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

O Demonstrativo tem por objetivo dar transparência às renúncias de receita previstas no projeto de LDO, para uma melhor avaliação do seu impacto nas metas fiscais fixadas, além de orientar a elaboração da LOA considerando o montante das renúncias fiscais concedidas.

Apesar de esse demonstrativo ter por base legal o artigo 4º, § 2º, inciso V da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, ele visa a dar transparência também ao cumprimento dos requisitos exigidos para a concessão ou ampliação de benefícios de natureza tributária dispostos no artigo 14 da LRF, que estabelece:

“a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deve estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na LDO e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas fiscais previstas no anexo próprio da LDO;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Para realização das estimativas de renúncia foram realizadas pesquisas no sistema de controle do crédito tributário relativas ao ano base de 2025 e projetado os valores para o triênio 2026 a 2028. Utilizou-se como índice de atualização o IPCA conforme tabela de parâmetros macroeconômicos.

Esclareça-se ainda que a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2025 já apresentava valores para os exercícios de 2026 e 2027, aplicando-se para 2028 a atualização através do índice inflacionário.

**Demonstrativo 6 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de
Caráter Continuado**

§ 2º, inciso V do artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

O conceito de Despesa Obrigatória de Caráter Continuado (DOCC) foi instituído pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no artigo 17, conceituando-a como Despesa Corrente derivada de Lei, Medida Provisória ou Ato Administrativo Normativo que fixem para o Ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

É considerado aumento de despesa, a prorrogação da DOCC criada por prazo determinado. A LRF estabelece que os atos que criarem ou aumentarem as DOCC deverão ser instruídos com a estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

Também deve haver a comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no § 1º do artigo 4º da LRF e seus efeitos financeiros nos períodos seguintes devem ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesas. As DOCC não serão executadas antes da implementação de tais medidas.

A estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado é um requisito introduzido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O aumento permanente de receita é definido como aquele proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo ou majoração ou criação de tributo ou contribuição (§ 3º do artigo 17 da LRF).

Além de medidas específicas descritas a seguir, considera-se como ampliação da base de cálculo nesta estimativa a expectativa de crescimento real da atividade econômica, mensurada pela expansão marginal da arrecadação a ser provocada isoladamente pelo efeito quantidade sobre a arrecadação ajustada e devidamente atualizada pelos efeitos legislação.

Desse modo, para estimar o aumento permanente de receita primeiro se identificaram as receitas permanentes e as despesas continuadas para os exercícios de 2026 e 2027. Com base nas projeções de receitas e despesas foi calculada a margem de expansão pela diferença entre o aumento permanente de receita e as novas DOCC.